

PBM

Agenda Setorial
Bens de Capital

São Paulo, 16 de janeiro de 2013

Objetivos

Objetivos:



Aumentar o Consumo Aparente de BK,
com Redução Simultânea do Coeficiente de Importação



Aumentar as Exportações de BK



Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

Iniciativas:

- 1.1 Completar a desoneração dos investimentos em bens de capital eliminando os impostos não recuperáveis ao longo da cadeia produtiva e permitindo o crédito imediato de todos os impostos incidentes na compra de bens de capital;
- 1.2 Exigir contrapartida de conteúdo local mínimo, estabelecido por família de produtos, nas compras de empresas, autarquias e entidades públicas, nos financiamentos com recursos públicos, nas concessões públicas e nos regimes com incentivo fiscal;
- 1.3 Regulamentar a Lei referente às compras públicas dando até 25% de margem de preferência, em função do conteúdo local, na aquisição dos bens de capital mecânicos e elétricos constantes no anexo na Medida Provisória nº 563/2012 (Anexo à Lei 12.546/2011)

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

- 1.4 Conceder financiamentos competitivos, em volume e em condições comparáveis aos que os nossos concorrentes internacionais dispõem, de modo a estimular níveis crescentes de conteúdo local e de engenharia nacional nos bens de capital brasileiros;
- 1.5 Apoiar a renovação do parque de bens de capital da indústria brasileira, inclusive nos aspectos de segurança e eficiência energética, através de incentivos fiscais e creditício;
- 1.6 Aprimorar os mecanismos de defesa comercial, evitar ou restringir a concessão de “ex” e rever os regimes especiais aduaneiros, visando garantir isonomia aos produtos nacionais face aos importados.

Iniciativas:

- 2.1 Aumentar a exposição do setor de bens de capital brasileiro nos países prioritários do programa Brazil Machinery Solutions;
- 2.2 Ampliar e flexibilizar linhas de financiamento competitivas internacionalmente para a exportação de bens de capital;
- 2.3 Ampliar e flexibilizar a oferta de garantias aos financiamentos das exportações para países em desenvolvimento e principalmente para os países de menor desenvolvimento relativo;
- 2.4 Exigir conteúdo nacional mínimo na compra de bens de capital para obra, bens e serviços realizados no exterior com financiamento público brasileiro
- 2.5 Perenizar o Reintegra;

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Iniciativas:

- 3.1 Elaborar Plano de Desenvolvimento de Fornecedores para BKs estratégicos;
- 3.2 Fortalecer as Empresas de Engenharia Nacional
- 3.3 Identificar Fronteiras Tecnológicas na Cadeia de Bens de Capital;
- 3.4 Incentivar Investimentos em P,D&I;
- 3.5 Aprimoramento de Tecnologias Maduras
- 3.6 Investir na Formação de Quadros Técnicos Qualificados.

Plano de trabalho: Medidas

Plano de trabalho: Medidas



Aumentar o Consumo Aparente de BK,
com Redução Simultânea do Coeficiente de Importação



Aumentar as Exportações de BK



Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

Iniciativa 1.1: *Completar a desoneração dos investimentos em bens de capital eliminando os impostos não recuperáveis ao longo da cadeia produtiva e permitindo o crédito imediato de todos os impostos incidentes na compra de bens de capital;*

Medidas

- Nos bens de capital nacional adquiridos até 31/12/2014 será permitida depreciação integral , para efeito de IR – Imposto de Renda, nos 12 meses subsequentes ao mês da compra;
- Alongar, progressivamente, o prazo de recolhimento dos impostos para adequá-los ao prazo médio de recebimento das vendas;
- Permitir a compensação automática dos créditos de tributos federais com as contribuições e encargos devidos ao INSS;

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

- Reduzir os custos dos transportes terrestres e marítimos de bens de capital nacionais

Extinguir ou reduzir a TAP – Tarifa Adicional de pedágio

Que a ANTAC – Agência Nacional de Transporte Aquaviário, tome urgentes medidas para viabilizar o transporte marítimo a partir do uso da frota nacional em condições competitivas com os praticados por navios estrangeiros.

- Conceder crédito presumido de 4,5 p.p, decrescente ao longo do tempo em função de ganhos sistêmicos no sistema tributário, no PIS/COFINS como compensação de tributos não recuperáveis ao longo da cadeia produtiva.

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

Iniciativa 1.2: *Exigir contrapartida de conteúdo local mínimo, estabelecido por família de produtos, nas compras de empresas, autarquias e entidades públicas, nos financiamentos com recursos públicos, nas concessões públicas e nos regimes com incentivo fiscal;*

Medidas

- Aprimorar metodologia de aferição de conteúdo local do BNDES;
- Normatizar a metodologia de aferição de conteúdo local em todos os programas operados pelo BNDES;
- Estabelecer diálogo entre as várias instâncias apuradoras de conteúdo local para troca de experiências, aperfeiçoamento e normatização das metodologias vigentes, visando a adoção de um conceito e metodologia de medição único;

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

- Discutir com os ministérios envolvidos em concessões públicas o estabelecimento de requisitos de conteúdo local nas licitações dessas concessões.

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

Iniciativa 1.3: *Regulamentar a Lei referente às compras públicas dando até 25% de margem de preferência, em função do conteúdo local, na aquisição dos bens de capital mecânicos e elétricos constantes no anexo da Medida Provisória nº 563/2012 (Anexo à Lei 12.546/2011);*

Medida

- Estabelecer a margem de preferência prevista na lei, por famílias de produtos e/ou setores de BKs, crescente em função do conteúdo local.

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

Iniciativa 1.4: *Conceder financiamentos competitivos, em volume e em condições comparáveis aos que os nossos concorrentes internacionais dispõem, de modo a estimular níveis crescentes de conteúdo local e de engenharia nacional nos bens de capital brasileiros;*

Medidas

- Tornar permanente o PSI;
- Promover ações de divulgação do Fundo Garantidor para Financiamentos – FGI;
- Tornar operacional o FINAME Leasing dentro do PSI.

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

Iniciativa 1.5: *Apoiar a renovação do parque de bens de capital da indústria brasileira, inclusive nos aspectos de segurança e eficiência energética, através de incentivo fiscal e crédito;*

Medidas

- Financiar a renovação da base industrial com a exigência de mais eficiência energética;
- Garantir a isonomia de atendimento à Lei para produtos nacionais e importados;
- Tornar a Lei nº 10.295/2001 mais abrangente e incluir em seu escopo bens de capital.

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

Iniciativa 1.6: *Aprimorar os mecanismos de defesa comercial, evitar ou restringir a concessão de “ex” e rever os regimes especiais aduaneiros, visando garantir isonomia aos produtos nacionais face aos importados.*

Medidas

- Propor alteração da Lei Complementar 87/1996 no intuito de dar tratamento isonômico em relação a bens produzidos no País e aos importados, na concessão de desoneração do ICMS através de incentivos estaduais ou de regimes tributários especiais pela União;
- Exigir dos bens de capital importados e os em operação no território nacional, o cumprimento dos regulamentos e normas a que estão sujeitos os bens de capital nacionais, inclusive a política nacional de resíduos sólidos, o cumprimento da NR12 e o atendimento ao Código de Defesa do Consumidor.

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

- Rever o mecanismo de importação de máquinas usadas, condicionando a concessão a bens que contenham tecnologias prioritárias ao País e ao atendimento de Regulamentos Técnicos vigentes no Brasil;

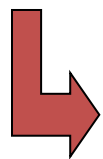
As Tecnologias prioritárias serão definidas em conjunto com a iniciativa privada e trabalhadores

- Estabelecer um canal formal contínuo de comunicação entre as principais agências governamentais envolvidas no comércio exterior – SECEX e RFB, reunidas no GI-CEX – e as entidades setoriais.
- Publicar mensalmente no Alice Web as estatísticas específicas aos Regimes Especiais de Tributação (por exemplo, Ex-Tarifários e Drawback) e à NVE, além das alíquotas médias de imposto de importação aplicadas de renúncia fiscal.

Plano de trabalho: Medidas



Aumentar o Consumo Aparente de BK,
com Redução Simultânea do Coeficiente de Importação



Aumentar as Exportações de BK



Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Objetivo 2: Aumentar as Exportações de BK

Iniciativa 2.1: *Aumentar a exposição do setor de bens de capital brasileiro nos países prioritários do programa Brazil Machinery Solutions;*

Medidas

- Realizar ações de mídia e relações públicas nos países prioritários do programa BMS assim como a criação de uma rede de consultores técnicos nos países prioritários;
- Organizar missões de empresários industriais e formadores de opinião dos países prioritários nas empresas fabricantes de bens de capital brasileiras e em seus clientes no Brasil;
- Realização de eventos de relacionamento entre os fabricantes nacionais de bens de capital e seus clientes nos países prioritários, com a participação da mídia local;

Objetivo 1: Aumentar o consumo de BKs com a redução simultânea do coeficiente de importação

- Estabelecer uma agenda conjunta MDIC, MRE e APEX com o objetivo de ampliar o conhecimento dos quadros em relação ao setor de bens de capital e ao programa BMS, inclusive com a produção de estudos sobre o setor industrial dos países prioritários.
- Incluir o programa BMS em todas as ações do Governo Federal no exterior e no Brasil que envolvam a indústria (membro permanente);
- Aumentar a exposição internacional das feiras nacionais do setor de bens de capital;
- Criação de fóruns nos países prioritários com o objetivo de inserir e consolidar o setor de bens de capital brasileiro nos países prioritários;

Objetivo 2: Aumentar as Exportações de BK

Iniciativa 2.2: *Ampliar e flexibilizar linhas de financiamento competitivas internacionalmente para a exportação de bens de capital;*

Medidas

- Criar linhas competitivas e desburocratizadas para o financiamento de máquinas e equipamentos para o importador (buyer credit);
- Criar linhas especiais de financiamentos voltadas para os PMDR mais competitivas que os países concorrentes;
- Operar postos avançados nas feiras internacionais para aprovação imediata de crédito para o financiamento de bens de capital brasileiros;
- Criar financiamento para a certificação de empresas e de produtos para a exportação;
- Financiamento específico para o custeio de transporte de máquinas e equipamentos para a participação de feiras e exposições no exterior

Objetivo 2: Aumentar as Exportações de BK

Iniciativa 2.3: *Ampliar e flexibilizar a oferta de garantias aos financiamentos das exportações para países em desenvolvimento e principalmente para os países de menor desenvolvimento relativo;*

Medidas

- Criar mecanismos intergovernamentais com os países em desenvolvimentos e PMDR com o objetivo de criar garantias de valores econômicos, específicas para a exportação de bens de capital;
- Fomentar acordos de cooperação técnica que já incluam as garantias ao financiamento para a aquisição de bens de capital brasileiro;

Iniciativa 2.4 *Exigir conteúdo nacional mínimo na compra de bens de capital para obra, bens e serviços realizados no exterior com financiamento público total ou parcial;*

Medidas

- Utilizar o conceito BNDES de conteúdo nacional;
- A contrapartida nacional deverá ser calculada por famílias de BKs.

Iniciativa 2.5 *Perenizar o Reintegra;*

Medidas

- Ampliar para 4,5 p.p. o reintegra na exportação, conforme medida contida na iniciativa 1.1;
- Isentar o valor reintegrado de qualquer tipo de imposto;

Plano de trabalho: Medidas



Aumentar o Consumo Aparente de BK,
com Redução Simultânea do Coeficiente de Importação



Aumentar as Exportações de BK



Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Iniciativa 3.1: *Elaborar Plano de Desenvolvimento de Fornecedores para BKs estratégicos;*

Medidas

- Identificar gargalos e lacunas nos diversos segmentos industriais que compõe a cadeia produtiva selecionando produtos com viabilidade de produção local e para os produtos ameaçados por importações. Proteger estes produtos com alíquota de Imposto de Importação de 35% decrescente ao longo do tempo em função de ganhos sistêmicos de competitividade; a partir da i) Pauta de importação de Bens de Capital; ii) Pleitos de ex-tarifário concedidos e/ou renovados com maior frequência; e iii) fornecedores de Bens de Capital “críticos” credenciados no BNDES (CFI do BNDES) e projeções de demanda a partir dos planos de investimento no BNDES;
- Identificar as principais famílias de bens de capital importados e a capacidade de oferta nacional (efetiva e potencial);

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Iniciativa 3.2: *Fortalecer a Engenharia Nacional;*

Medidas

- Incentivar que a concepção e o desenvolvimento dos Projetos de Engenharia por empresas nacionais ou consorcio de empresas nacionais com financiamento competitivo para a elaboração desses projetos e com a utilização do Fundo Garantidor.
- Aumentar a previsibilidade da demanda interna por serviços de engenharia de projetos no país;
- Utilizar o uso do poder de compra do governo para o fortalecimento da engenharia nacional e para a aquisição de Bens de Capital em seus investimentos;

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

- Fortalecer a estrutura de capital das empresas nacionais de Engenharia para a contratação de projetos de grande porte;
- Promover a cooperação entre as empresas nacionais de engenharia consultiva complementando competências para aumentar o poder de competição.
- Implementar a Agenda Tecnológica Setorial (ATS) de componentes elétricos e eletrônicos para bens de capital.

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Iniciativa 3.3: *Identificar Fronteiras Tecnológicas na Cadeia de Bens de Capital;*

Medidas

- Elaborar agendas tecnológicas setoriais para os setores estratégicos da cadeia de bens de capital;
- Identificar Setores Estratégicos conforme Meta (1);
- Elaborar Estudos Prospectivos para Setores Estratégicos em BK;
- Implementar a Agenda Tecnológica Setorial (ATS) de Automação Industrial;

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

- Elaborar a Agenda Tecnológica Setorial (ATS) para Energias Renováveis (eólica, solar, fotovoltaica, biomassa, PCHs, etc.) com base nos resultados do Projeto “Prospectivas Tecnológicas em Energias Renováveis” elaborado pela ABDI:
 - Ampliar a implantação/expansão de novos fabricantes;
 - Apoio à criação/expansão de centros de pesquisa voltados para o desenvolvimento de novas tecnologias na área;

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Iniciativa 3.4: *Incentivar Investimentos em P,D&I;*

Medidas

- Aprimorar o marco legal da inovação para ampliar o apoio público às despesas de P,D&I:

Incluir o setor de Bens de Capital como prioritário e estratégico na Política Industrial e de Inovação, através da edição de Portaria Interministerial MCTI-MDIC;

Rever o Estatuto dos Fundos Setoriais, transformando-os de Fundos Orçamentários (sujeitos à contingenciamentos) para Fundos Financeiros (garantindo recursos financeiros para projetos aprovados nas várias modalidades da FINEP);

Ampliar os recursos destinados à subvenção econômica e tornar a sua concessão mais próxima de operação em fluxo contínuo, revendo as contrapartidas exigidas pelas subvenções e ampliar áreas prioritárias;

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Regulamentar a margem de preferência para produtos manufaturados resultantes de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica realizados no país, definidos na lei de Inovação.

Criar dispositivo que inclua as empresas do lucro presumido como beneficiárias de incentivos fiscais como, por exemplo, crédito presumido, incluindo outros tributos, tais como IPI e o PIS/COFINS a partir da revisão da Lei do Bem;

Criar, através de bancos públicos, novos instrumentos de garantia e seguro de crédito e ajustar valores de contrapartidas conforme porte das empresas, tecnologia envolvida e classificação estratégica do BK;

- Criar o Fundo Setorial de Bens de Capital;
- Criar Sistema de Promoção para comercialização de Tecnologia e Inovação Nacionais, novas soluções e tendências estratégicas da área;

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

- Criar o Programa de governo “Inovação ao Alcance das Indústrias de Bens de Capital”:
 - Promover Edital MCTI/FINEP de subvenção econômica no âmbito do Programa “Inovação ao Alcance das Indústrias de Bens de Capital”;
 - Ampliar o apoio financeiro aos projetos/serviços em Sistemas de Gestão da Inovação nas empresas;
 - Usar o poder de compra do Estado para alavancar a inovação no setor de BKs;
- Criar o Programa “Bens de Capital Inteligentes”:
 - Incentivar a incorporação de tecnologia digital, eletrônica embarcada e/ou softwares dedicados desenvolvidos no Brasil.
- Apoiar P,D&I e design para bens de capital já exportados pelo Brasil.

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Iniciativa 3.5: *Aprimoramento de Tecnologias Maduras;*

Medidas

- Aumentar a Eficiência Energética e a Segurança dos Bens de Capital Instalados no País, exigindo o cumprimento dos regulamentos de avaliação da conformidade no âmbito do INMETRO e de segurança para bens de capital no âmbito do MTE;

Garantir a isonomia de atendimento à Leis e regulamentos para produtos nacionais e importados;

Aumentar a participação das empresas de BK no programa brasileiro de etiquetagem, (principalmente de motores elétricos instalados) para que a Lei de Eficiência Energética (Lei nº 10.295/2001) seja mais abrangente e obtenha melhores resultados;

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Incluir motores reconicionados no âmbito da legislação brasileira de eficiência energética;

Aumentar o número de Regulamentos de Avaliação de Conformidade para Máquinas e Equipamentos;

Criar o Programa de Etiquetagem para Segurança em Máquinas e Equipamentos;

Colocar em exigência no Siscomex todos os Regulamentos Técnicos existentes. Na inexistência das mesmas fazer valer as regras internacionais;

Firmar convênio entre MTE e INMETRO para colocar em exigência no Siscomex a NR-12 a partir de um programa de certificação de segurança em Máquinas e Equipamentos. Alternativamente pode-se colocar o MTE como anuente no Siscomex.

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

Iniciativa 3.6: *Investir na Formação de Quadros Técnicos Qualificados;*

Medidas

- Implementar incentivos governamentais através de programas de qualificação de mão-de-obra de nível médio profissionalizante;
- Implementar incentivos governamentais através de programas de qualificação de mão-de-obra de nível superior, sobretudo em cursos de engenharia.
- Ampliar os programas e os incentivos estudantis para o aprimoramento de Engenheiros em programas de pós-graduação nacionais, notadamente Mestrado e Doutorado.

Objetivo 3: Aumentar a Competitividade da Indústria de BK

- Aumentar a Capacitação Executiva em Gestão da Inovação, bem como a Capacitação em Inovação das principais áreas envolvidas das empresas de BK, na criação e na melhoria de produtos, processos e serviços, por meio de incentivos fiscais.
- Ampliar o intercâmbio de estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação em instituições de ensino no exterior.
- Implementar o Programa “1.000 Doutores na Indústria de Bens de Capital”:

Propor a concessão de bolsas específicas para articular os Programas SIBRATEC de Extensão, Centros Tecnológicos e Serviços Tecnológicos, Programa EMBRAPI e Bolsas RHAIE com o Programa “Ciência sem Fronteira”, de modo que os estudantes financiados prestem consultoria em centros de pesquisa, universidades e empresas, como forma de extensão dos estudos, contribuindo assim para evitar a indesejável “evasão de cérebros”;

Propor a adoção da concessão incentivada, por parte das empresas, de bolsas de estudo para capacitação profissional.



Associação Brasileira da
Indústria de Máquinas e Equipamentos

abinee

Associação Brasileira da
Indústria Elétrica e Eletrônica



ABRAVA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFRIGERAÇÃO,
AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E AQUECIMENTO



São Paulo, 16 de janeiro de 2013